

## A criação do eu pelo tu: o papel das subjetividades nos trâmites enunciativos da comunicação

*Henrique Oliveira de Araújo*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho trata do cerne da “ação comunicativa” humana: o processo de diálogo. Partindo do entendimento de que a comunicação nasce de uma relação dialética entre diferentes alteridades e contextos, o trabalho pretende traçar um caminho que ajude a melhor compreender o papel das subjetividades e dos seus trâmites de enunciação na construção da comunicação humana.

**Palavras-chave:** Eu. Tu. Alteridade. Dialética. Comunicação.

**The creation of the self by the other: the paper of the subjectivities in the enunciative paths of the communication.**

**Abstract:** The present work discusses the central point of the human “communicative action”: the dialogue process. Taking into consideration the understanding that the communication is born of a dialectic relationship between different alterities and contexts, the work intends to establish a way that helps to understand the paper of the subjectivities and its enunciation procedures in the construction of the human communication.

**Keywords:** Self. Other. Alterity. Dialectic. Communication.

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: henrique\_daraujo@yahoo.com.br

## **Introdução**

Somos o “outro” por essência. Em todos os momentos, procuramos nos afirmar na imagem de uma alteridade. Ao olharmos para uma parede ou para o pôr do sol, mesmo sozinhos estamos colocando nossas subjetividades para duelar com o “outro”, que se encarna em todo o contexto que nos cerca. O mundo que não nos é traz em si esta figura da alteridade. O “eu”, pois, dialoga, a cada instante, com o “tu”. Muito mais do que uma teoria comunicacional ou psicanalítica, essa afirmação já é a própria explicação da nossa essência humana. Nascemos para sermos seres da comunicação. Em nenhuma circunstância deixamos de comunicar. Nunca perderemos essa essência. E isso se dá justamente porque em nenhum tempo da existência humana os sujeitos deixaram de buscar a si mesmos. Olhando percebemos sentidos. E, encadeando esses sentidos, conversamos com os universos significativos presentes no mundo, e esses universos de significação nos dizem a todo instante que a objetividade do mundo nada mais é do que uma busca eminentemente subjetiva. Uma busca por perfeição, uma busca por deuses estranhos.

Mas quem são esses deuses da nossa busca? Justamente na pergunta é que se esconde a resposta: no enigma do “outro” é que buscamos nossas divindades do entendimento. As imagens dos outros sujeitos, das outras coisas, das outras sombras, guardam a essência do poder que nos faz chegar à compreensão da materialidade do nosso próprio corpo e da nossa própria vontade. Para que busquemos o palpável, temos que dominar o diálogo com a alteridade. E a alteridade é um espectro indefinido que se encarna em todas as coisas, sob diversos momentos e angulações. O transeunte na rua, com suas roupas extravagantes, é uma alteridade que conosco dialoga. A palmeira que se arvora na janela e que nos impressiona com aquele verde inconfundível também o é. Assim, pode-se dizer que o cerne de toda a nossa existência é um embate constante com todos estes “outros” que em nós se amontoam para formar o entendimento. Com essas alteridades dialogamos para construir a nossa consciência.

O “eu” se constrói pelo “tu”. E o mundo que existe e que tanto queremos tocar com a razão nunca fugiu de um processo comunicativo. É isto que o leitor vai encontrar neste texto: uma busca por um melhor entendimento acerca da colocação do sujeito no processo comunicativo, que é base para que os indivíduos construam a percepção que têm de si mesmos e dos contextos com os quais dialogam constantemente. Uma investida para discutir a formação da nossa consciência do “real”.

### **O sujeito e a enunciação**

O homem dialoga com seus mundos. Vive imerso em realidades dotadas de contextos perceptivos mutantes que lhe cobram diversos e constantes movimentos reflexivos, contemplativos e de ação. Percebe-se isso quando se comparam os diversos âmbitos socioculturais pelos quais a humanidade transitou antes de culminar no nosso vertiginoso conglomerado de sensações imagéticas. Como nos demonstra Stephens (1993, p. 117), ao analisar a transição da cultura de “notícias orais” para outra de “notícias escritas”, o homem elaborou suas próprias formas momentâneas de enxergar seus universos. Ao passar, num determinado momento histórico, de uma cultura oral para uma cultura letrada, os sujeitos mudaram e reconfiguraram completamente o que anteriormente chamamos de “contextos perceptivos”. Sendo assim, ele escreve:

A escrita, por causa das suas implicações para o desenvolvimento do pensamento humano, merece compartilhar a autoria de nossa civilização. Por causa da capacidade de anotar, registrar, a mente é libertada do fardo de ter que memorizar a sabedoria do passado. As fórmulas perdem um pouco de seu domínio sobre a linguagem e o pensamento.

Ora, ao demarcar essa “transição” perceptiva evidenciada na passagem da cultura oral para a cultura de palavras escritas, o exemplo dado por Stephens nos mostra que há diferentes contextos perceptivos

que, entrecortados por diversas e constantes alterações, se reformulam historicamente. Em outras palavras, o homem não dialoga somente com um contexto ao longo de sua história, mas, sim, com vários.

Logo não existem “contextos perceptivos fixos” e, ao longo da sua história, o homem modificou constantemente suas “maneiras de perceber”. Como afirmamos, os contextos perceptivos humanos são, por essência, mutantes. Para assim afirmarmos, entendemos também que ainda não se comprovou um estado no qual o homem esteja desligado completamente de sua realidade e dentro de uma espécie de contexto “não-perceptivo”. Mesmo nos sonhos (e isto a tradição psicanalítica e a nossa experiência inconsciente podem nos comprovar), existem padrões dialéticos compositores de uma estrutura de entendimento. Para os padrões humanos, mesmo em um “estado vegetativo” (EV), não se pode asseverar uma ausência perceptiva. Por exemplo, a Federação Internacional das Associações dos Médicos Católicos (FEDERAÇÃO..., 2007) afirma que o EV consiste em um:

[...] estado de não reacção, actualmente definido como uma condição caracterizada pelo estado de vigília, alternância de ciclos sono/vigília, ausência aparente da consciência de si e do ambiente circunstante, falta de respostas comportamentais aos estímulos ambientais, conservação das funções autónomas e de outras funções cerebrais.

Essa explicação, declaradamente calcada em bases científicas ainda inseguras, de uma “ausência aparente da consciência”, então divulgada pela Federação, dá margem para que se entenda que, realmente, não se chegou a uma certeza quanto a um estado de não-consciência do homem. E essa incerteza pode ser comprovada se confrontarmos mais opiniões acerca do comportamento humano no EV. Em um grande meio de comunicação brasileiro, por exemplo, foi divulgado um estudo do Conselho de Pesquisa Médica do Reino Unido, em setembro de 2006, segundo o qual “uma mulher de 23 anos que entrou em estado vegetativo depois de um acidente de carro parece ser capaz, de alguma forma, de entender o que está

acontecendo ao seu redor e de seguir ‘mentalmente’ um pedido em forma verbal” (FOLHAONLINE, 2006). As contradições das afirmações das instituições médicas citadas evidenciam, justamente, uma não-precisão de uma “nulidade” perceptiva e comunicativa das pessoas.

Desse modo, se existe, entre importantes centros de pesquisa, uma controvérsia tão forte sobre a existência e permanência de um estado de “não-consciência” nos homens, não podemos admitir aqui, de uma maneira que seria completamente arbitrária, um comprovado estado de “vazio perceptivo” nas conformações basilares do entendimento dos seres humanos. Ou melhor, devido a essa incerteza, não permitiremos neste trabalho um contexto incluso em algum período “não-perceptivo” da vida humana.

Por entendermos que os sujeitos não estão imersos em uma condição de “vazio perceptivo”, o homem e seus universos participam de uma espécie de “conversa universal”, na qual seus deuses afirmam a existência por meio de representações lúcidas (ou não) e perfeitamente encadeadas. A humanidade, em sua consciência, discute suas formas e conteúdos essenciais, busca seus caminhos de gênese. O homem e seu ideal de perfeição e infinitude são as formas mais puras de inconformismo e de mobilidade crescente: fonte bater de pernas contra o afogamento no profundo rio de suas elucubrações; contínua busca por entendimento, por formulações intersubjetivas ainda mais extensas. Afinal, como nos diria Foucault (1999, p. XVI),

[...] os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá que lidar e nas quais há de se encontrar.

É é nessa conformação que os seres humanos criam seu entrelaçamento simbólico com as coisas (ou, mesmo, com o espectro delas) e criam, de maneira não menos intensa, suas idéias dessas próprias coisas. No seio desse movimento, os homens passaram a entender seu

corpo e seus “moldes subjetivos” como algo banhado nesse cosmos de buscas por idéias. E, nas diversas semelhanças interpretativas do entendimento, quase numa contradição, talharam as paralelas de um infinito nas quais se acelera o potencial de interpretação e enunciação. Numa interpretação com grande veia saussureana, percebe-se mais claramente que, como um texto vivo<sup>2</sup> e ambulante, o homem se faz. E, na sua linguagem, elabora a condição imagético-sonora, que se reflete nos seus mais nítidos espelhos. Empenhando-se em possuir a si mesmo, pintando sua própria imagem, ou, mesmo, em visitas a um imaginário consciente ou não, o sujeito se recria constantemente como texto e assume a variedade de uma fala. Percorrendo o curso do próprio entendimento, o homem desatou os nós de qualquer certeza, fez-se menos palpável e, ambigualmente, mais literal; transformou-se num complexo livro aberto, em um anseio crescente por comunicação e em uma reconstrução frenética do seu “outro”.

Nesse “outro” está sua noção de existência. No entendimento do que está no final da enunciação, o sujeito (enquanto tal) “realmente” se faz. É pelo “outro” que o sujeito se constrói, e é na linguagem que ele se estrutura enquanto “holograma inteligível”. A partir dessa percepção, um discurso inquietante sobre o que existe e sobre o que vai existir se elabora: o estar na comunicação ganha sentido e apresenta o que se adaptou a chamar-se de realidade. Tem-se, pois, uma elucubração quase infundável que flutua entre a verdade e a falsidade e que se aglomera junto a um infinito de contingências, de entraves e de omissões na qual, com surpreendente habilidade, tudo se reordena constantemente e, obviamente, a subjetividade se faz presente. Criaram-se, também, o contexto e a evolução intencional de formas discursivas que tentavam esconder a si mesmas; revelou-se uma nova forma de fluxo.

<sup>2</sup> Segundo Gianfranco Bettetini (1993, p. 66), “o texto, num nível mais imediato, é definível como um conjunto de enunciados que se atualizam em relações recíprocas e que dão origem a uma estrutura finalizada da construção de um sentido. O texto é portanto um corpo semiótico orgânico e coerente e a sua estrutura semântica (aquela que comumente vem definida como estrutura textual e que considera os aspectos de conteúdo do texto) revela as inscrições e as hierarquias das codificações sobre as quais funda-se a construção superficial do próprio texto”. No entanto, é preciso que nos atentemos para o fato de que o homem, como “texto vivo”, pode-se pautar em trâmites dotados de muito menos rigidez e formular seus mundos subjetivos como textos muito mais fluidos ou livres.

A comunicação, no seio das edificações imprecisas da humanidade, rompeu e, ao mesmo tempo, voltou-se a uma grande narrativa deformadora, cunhando, sob a luz de um tempo intocável e imensurável, a grande liberdade que recolocava agentes em uma guerra por tentativas simbólicas. Comunicar passou a ser requisito para uma “auto-imagem”, e para uma afirmação ainda mais complexa dos trâmites do “eu”. Os sujeitos tinham que se mostrar e estar presentes no entendimento do “outro”, tinham que procurar um destino ou mesmo uma razão para estarem representados no mundo.

Esse é o motivo para a criação das formas relacionais que nascem da comunicação. O agir comunicativo, como nos sugeria Habermas (1999), cunhou nossa própria noção de interação. E essa interação representou o mundo como uma sombra imprecisa que nascia da luz emanada das palavras e dos outros signos. Começamos, pois, a imaginar uma realidade comum, aceitável e contada por enunciações rebeldes que não cansavam de se arvorar para si, metamorfoseando-se em constantes certezas ilusórias e dando base para as relações dialógicas entre os homens, suas formas conscientes, inconscientes e, principalmente, com uma necessária alteridade: evolução que viria a ser base para que se pensasse o mundo enquanto um movimento de subjetivação e o que existe de real como uma invenção do sujeito.

O entendimento humano nasce, pois, de um diálogo, de um processo comunicativo que, constantemente, refunda o sujeito e seus contextos. E cria, por causa desse processo, a necessidade que temos de falar, escrever, gesticular, por exemplo. Nossa comunicação é o próprio sedimento da nossa auto-afirmação, da nossa história. Criamos interlocutores que vão, em nossas primeiras intenções, atestar as representações de realidade que nos são comuns. Necessitamos desses interlocutores e da sua “escuta”, que é, justamente, o local de uma grande revelação; uma revelação que, como brilhantemente nos disse o doutor Lacan (1998, p. 257), “é a fala presente, que atesta a realidade atual e que funda essa verdade em nome dessa realidade”. Na próxima seção, para um melhor entendimento dessas questões, trabalharemos

um pouco mais detidamente sobre a idéia de “sujeito” que, até aqui, estamos propondo para o nosso trabalho.

### **A noção de sujeito na comunicação**

No século XVII, no terceiro livro do *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, John Locke (1973) dava-nos uma pista sobre a forma como se estrutura a percepção dos homens. Em um texto de aguçado senso observador, o filósofo inglês dizia:

[...] Deus, tendo designado o homem como criatura sociável, não o fez apenas com inclinação e necessidade para estabelecer camaradagem com os da sua própria espécie, mas o forneceu também com a linguagem, que passou a ser o instrumento mais notável e laço comum da sociedade. O homem, portanto, teve por natureza seus órgãos de tal modo talhados que está ocupado para formar sons articulados, que denominamos palavras. Isto, porém, não foi suficiente para produzir linguagem [...].

[...] Além de sons articulados, portanto, foi mais tarde necessário que o homem pudesse ter a habilidade para usar esses sons como sinais de concepções internas, e fazê-los significar as marcas das idéias internas de sua própria mente, pelas quais elas serão conhecidas pelos outros, e os pensamentos das mentes dos homens serão mutuamente transmitidos (p. 227).

O homem sociável, portanto, como indicou Locke, teve, concretizada nessa capacidade linguística, a principal “ferramenta”<sup>3</sup>, que é inata, do seu processo de construção cultural e do seu próprio entendimento subjetivo do mundo. Através da habilidade de trabalhar racionalmente com a linguagem e de formular conteúdos discursivos, o sujeito passa a ter condições para exteriorizar ou, mesmo, materializar

<sup>3</sup> Para alguns linguistas conhecidos como “inatistas”, entender a linguagem como um mero instrumento humano é uma visão no mínimo questionável. Defendendo essa opinião, Benveniste (1988, p. 285) nos diz: “Falar em instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. [...] Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É o homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”.



seus pensamentos ou “concepções internas”. Nessas concepções, ele começa a se fundar enquanto ser complexo e participante da edificação do mundo e enquanto agente da representação do “real”. Poderíamos ainda dizer que esse é o momento em que, como humanos, demos os primeiros passos rumo a um marcante e paradoxal rompimento com várias das muitas barreiras à capacidade perceptiva que tão firmemente nos engajamos em desenvolver. Passamos a iniciar o que viríamos a conceber como palpável ou cognoscivelmente existente. E nessa mesma constituição (de uma maneira nada lacônica – como é característica na humanidade), iniciamos nossa penetrante intervenção nas falas: criando nuances, veredas, infinitos e ilusões.

Nessa observação, percebemos que o sujeito realiza seus movimentos de emancipação quando se “liberta”<sup>4</sup> (em algum momento obscuro da gênese discursiva) de sua simples inserção irracional no planeta. Com a linguagem, ele formula conteúdos capazes de reformar o próprio contexto imaginário que o cerca. Passa a ter, pelo encadeamento e expressão de suas idéias, forças para modificar toda uma percepção que, notavelmente, lhe serve como guia do seu “estar-no-mundo”. Ao captar e reconstruir, em seus discursos, os “materiais” mundanos, o homem passa a interferir no seu próprio destino, passa a formular os conteúdos que articulariam a “prevalência intelectual” da humanidade sobre os outros grupos de animais. É, pois, na linguagem, nos discursos e na comunicação que as subjetividades definitivamente se formam e se firmam enquanto tais.

Avançando um pouco, analisemos um trecho de Benveniste (1988, p. 289):

---

<sup>4</sup> É importante que percebamos: essa “liberdade” se calca em bases bem relativas. Na própria tradição dos estudos semiológicos, ao se perceber a grande penetração dos fatores culturais, sociais e históricos na conformação e “uso” da fala (e, conseqüentemente, da língua), admite-se que existe, por exemplo, um momento de desigualdade e/ou de prevalência de minorias privilegiadas (os chamados “grupos de decisão”) sobre maiorias, que sofrem uma espécie de imposição. Isso coloca, dentro da dinâmica da fala, os importantíssimos (e não esquecidos aqui) fatores sociológicos e antropológicos como determinantes da ação de fala dos diferentes sujeitos. Como exemplo, observemos um trecho de Barthes (2003, p. 34): “Pode-se dizer, mais amplamente, que as elaborações do grupo de decisão, isto é, as logotécnicas, são, elas próprias, apenas os termos de uma função sempre mais geral, ou seja, o imaginário coletivo da época: a inovação individual é assim transcendida por uma determinação sociológica (de grupos restritos) e estas determinações sociológicas, por sua vez, remetem a um sentido final, de natureza antropológica”.

A linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso provoca a emergência da subjetividade, pelo fato de consistir de instâncias discretas. A linguagem de algum modo propõe formas ‘vazias’ das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua ‘pessoa’, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. A instância de discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito e das quais apenas designamos sumariamente as mais aparentes.

Além de, como já indicamos, fornecer grande parte das “coordenadas” definidoras do sujeito, a prática discursiva coloca uma questão que se faz de suma importância para nós: a relação dialógica entre subjetividades.

Ora, se nos esforçarmos um pouco em nossas análises, perceberemos que é exatamente o diálogo que preenche a essência do processo comunicativo. Seguindo novamente uma visão habermaseana, podemos afirmar que é impossível que um ato comunicativo se desenvolva sem que exista um contexto que englobe pelo menos dois atores. A comunicação se dá, justamente, pelas vias de uma relação dialógica. Isso pressupõe que os usuários da linguagem, ou seja, aqueles que a colocam em movimento, estejam envolvidos em um uma realidade ou, mesmo, numa representação comum de realidade, capaz de tornar seus conteúdos enunciativos compreensíveis aos diferentes “sujeitos usuários”. Obviamente, esses sujeitos teriam que estar devidamente inseridos num universo de códigos linguísticos comuns que estabelecesse uma necessária (e evidente) compreensão recíproca (HABERMAS, 1999).

É justamente aí que se encontra o momento característico do processo de comunicação e a questão central para que entendamos como o sujeito é formado em toda essa conjunção. Afinal, nessa relação de diálogo, fica claro que a enunciação subjetiva de conteúdos depende eminentemente da figura do que, anteriormente, denominamos o “outro”.

É para esse “outro” que o sujeito se forma na linguagem. É prevendo a existência dessa “alteridade comunicativa” que ele formula seus conteúdos e inicia o que Goffman (2007, p. 25) chamaria de “representação” ou busca pela crença de uma platéia atenta à sua reestruturação da realidade. O homem dialoga com seus “outros” e com as diferentes alteridades que ele encontra na sua rede de vivências sociais. Ao se socializar, o indivíduo começa, numa relação pautada pela linguagem, a lidar com diferentes presenças, que se consolidam como partes compositoras da realidade que ele considera aceita ou dada. Nessa realidade, o indivíduo passa a estabelecer “aproximações subjetivas” que serão de suma importância para a conformação do seu “eu”. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que, ao nascer, os seres humanos estão destinados a lidar com conformações que foram criadas e legitimadas antes do seu nascimento. Nesse movimento, ele defronta-se, invariavelmente, com outros indivíduos que já compunham o organismo social que ele veio, também, a habitar. É nesse encontro de alteridades que se movimenta a linguagem e se estabelece, como processo fundamental, a comunicação. É justamente nesse tecido social regado a diversidades que surge o que Goffman (2007) já denunciava: a representação de papéis pelo “eu” na “dramatização” da vida cotidiana.

No texto *Carta a Meu Pai*, Kafka (1976) coloca de maneira brilhante essa encenação que se encontra nas “entranhas dialéticas” da sociedade. Ao descrever sua peculiar relação com seu pai e a opressão que advinha desse relacionamento, o escritor nos transporta para uma imagem que nos mostra claramente que, dentro das instituições sociais (no caso desse escrito de Kafka, a família), existe um estabelecido relacionamento dialético, que é, realmente, um seio de representações e de confrontos de subjetividades. Isso se cristaliza em uma série de práticas ou, mesmo, “convenções-guia” das condutas tidas como normais ou aceitas. Sobre isso, vejamos um trecho em que Kafka (1976, p. 77) descreve sua percepção acerca da configuração do “papel” desempenhado por seu pai:

Acreditavas que devia ser, mais ou menos, assim: durante toda a tua vida trabalhaste duramente, sacrificando tudo pelos teus filhos e especialmente por mim; como consequência disso, vivi de modo dissipado, tive inteira liberdade para aprender o que desejasse, não tive razão para me preocupar pelo sustento; isto é, nenhuma inquietação; não pedias gratidão em troca, conheces o agradecimento dos filhos, mas, ao menos uma aproximação, sinal de simpatia.

Ao representar seu “papel” de provedor, o patriarca da família Kafka interioriza, como diria Berger e Luckmann (1985), um comportamento historicamente tido como certo para aquela situação. A estrutura familiar com a qual o jovem Franz e seu pai tinham que conviver (mesmo que problematicamente) era, pois, o terreno sobre o qual se desvelavam as condições para que se instaurasse aquele determinado conhecimento de mundo, que confirmava uma forma dialética de construção das subjetividades.

Como o âmbito familiar, todas as outras formas contextuais da sociedade participam ativamente da afirmação subjetiva do “eu” e da visão diversificada que temos do “outro”. É justamente neste encontro com nossos semelhantes que formamos nossos comportamentos e, com o evidente auxílio da linguagem, construímos nossas formas de agir e ver o mundo. No entanto, só podemos entender a construção dessas relações perceptivas se admitirmos que todo esse processo, como indicamos anteriormente, se dá dialeticamente e sob as demandas de um processo de compreensão das diversas situações em que se desenvolvem as formas de agir dos homens. Só então entenderemos porque Goffman (2007) afirma que os indivíduos e/ou atores se aglomeram em torno de uma grande “fachada”: de uma construção que se dá como uma peça teatral em que o forte é o convencimento de um “público”.

Ora, ao admitir essa “dramatização” da realidade sugerida por Goffman, estamos, ao mesmo tempo, aceitando que os processos sobre os quais são sustentadas as realidades sociais se calcam em um outro processo que é comunicativo por essência, e no qual se pressupõe a criação de uma mensagem que seja destinada a uma “platéia de outros”

receptores e decodificadores de mensagens específicas. Eis que se apresenta novamente o diálogo como criador da própria noção do papel do sujeito no ato de comunicação.

Afinal, como nos revela a anterior passagem que transcrevemos da obra de Benveniste, a proposta de uma atividade realmente discursiva pressupõe a presença de parceiros. Quando ele fala de um *eu* e de um *tu* como agentes de uma ação comunicativa, está atestando o caráter eminentemente dialógico sobre o qual o sujeito e a comunicação se fundam. Uma vez habilitada pela linguagem, a palavra, enquanto manifestação de um código formal posto a serviço de uma situação discursiva qualquer, se renova constantemente para dar movimento a um formato linguístico que contém a própria imagem do homem: um homem que se afirma na linguagem, enquanto ser único e enquanto um locutor participante da frenética edificação simbólica do mundo.

Se avançarmos numa interpretação lacaniana<sup>5</sup>, teremos ainda mais nítida a idéia de “outro” que aqui estamos tentando colocar. Notaremos, em uma forte abstração, que, até se não existir uma presença corporal de outro ser humano à frente da pessoa que fala, o sujeito estabelece uma relação (para compor seu discurso) com um ouvinte criado dentro de si mesmo. Nessa visão psicanalítica, a essência da conformação linguística da subjetividade está no que ele chamou de confronto de “significantes”<sup>6</sup>, ou seja, na articulação do desejo<sup>7</sup> como uma forma sistemática de significação e de criação de um “imaginário contextual” e de comunicação. Esta quase subversão impetrada por Lacan dentro do campo dos estudos linguísticos, justamente ao inverter a tradicional noção de signo estabelecida por Saussure, trouxe um terceiro elemento dialógico para a constituição do sujeito: o homem falando para si mesmo e descobrindo, também numa alteridade, a conformação do

<sup>5</sup> Sugiro que ancoremos nossas interpretações das teorias de Lacan ainda mais em textos de outros intérpretes e comentadores do estudioso francês, como Bento, Ziliotto, Cukiert e Prates (2004).

<sup>6</sup> Chama-se de signo “o total resultante da associação de um significante [=imagem acústica] e de um significado [=conceito] [...]” (BENVENISTE, 1988, p. 53).

<sup>7</sup> “Numa palavra, em parte alguma evidencia-se que o desejo do homem encontra seu sentido no desejo do outro, não tanto porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque seu primeiro objeto é ser reconhecido pelo outro” (LACAN, 1998, p. 268).

seu inconsciente enquanto linguagem. Para Lacan, mesmo não estando numa situação formal e corporal de fala (com um *eu* e um *tu* em carne e osso), os “seres falantes” são capazes de movimentar a linguagem. E é nesse imaginário ato de fala dos sujeitos com seus “outros” mentais que se desvendará, pelas curvas que as entrelinhas da palavra escondem, a real constituição da afirmação subjetiva e do entendimento dos homens. Por isso, para entender a complexidade da conformação da idéia de sujeito, devemos, em primeiro lugar, entender que sua constituição se faz na comunicação. E que, fora desse processo de interação, a própria concepção de realidade desaparece, se esgota. É no discurso que brota a subjetividade pulsante dos homens e é nele que nos reconhecemos. E na fala é que temos casa, pois

[...] ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real (LACAN, 1998, p. 259).

Os homens, então, fundam sua pequenez e sua grandeza representativa no seio dos atos comunicativos: comunicando, criam história, refazem caminhos, edificam e despedaçam quimeras.

## Conclusão

O papel do “outro” na comunicação é, pois, crucial. Podemos afirmar isso se entendermos que o próprio ato enunciativo se constrói sobre bases dialéticas. Bases que, como já indicamos, pressupõem um contato entre subjetividades que constroem constantemente o entendimento e que são de cabal importância para que o homem coloque em atividade a linguagem sobre a qual está calcado. Afinal, nenhum ser humano se insere no ato comunicativo sem pressupor a presença de um “destinatário” à sua mensagem, como afirma Benveniste (2006, p. 84):

[...] imediatamente, desde que se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o

grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário.

Ora, se o homem pressupõe na sua comunicação uma necessária alocação, não podemos concluir outra coisa a não ser o fato de que ele se funda enquanto ser dialógico na medida em que se coloca em frente da presença marcante do “outro”. Nessa alteridade é que ele estabelece a condição de fala, temporalidade e colocação significativa da sua vida social. Assim, por meio de uma inserção discursiva no mundo, o homem funda seu tempo: um tempo constantemente renovado, que cria as sensações de continuidade e presença que irão, constantemente, tocar seus formatos subjetivos.

Fundamos-nos, assim, no “outro”. A própria percepção do nosso corpo se dá, inevitavelmente, porque partimos da visão primeira do formato daquela alteridade que nos guia. Quando bebês, ao nos olharmos em um espelho, por exemplo, temos nossa primeira noção de alteridade. Criamos, quando crianças, no que Lacan (1998, p. 100) chamou de estádio do espelho, uma “função da *imago*” que nos revela como seres inseridos numa realidade crivada de diálogos. Percebemos a ilusão da nossa imagem como uma espécie de semelhança idealmente perfeita com outros seres que compõem a nossa espécie. Nessa busca por similitudes, e com o aparato da linguagem, fundamos nossos discursos; saímos à procura incessante por aquela mesma imagem que o espelho nos forneceu, procuramos o início de uma interação que se dirá social. Partimos, portanto, para os terrenos de uma interação que nos colocará em frente dos fantasmas daqueles que nos são iguais. Esses “fantasmas”, por sua vez, serão explicitados numa edificação discursiva e no aparato do enunciado.

Entre os indivíduos será estabelecida, pois, uma colaboração para a construção simbólica da realidade e assim inaugurada, “pela identificação com a *imago* do semelhante e pelo drama do ciúme primordial [...], a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas” (LACAN, 1998, p. 101). Constroem-se, então, os fundamentos do “eu social”: os indivíduos passam a ter as condições para estabelecer as

interações que se constituirão no cerne para sedimentação dos seus aparatos discursivos. Esses aparatos existirão, por sua vez, em todo o percurso comunicativo da vida humana, desde as formas comunicativas mais primitivas dos homens sociais até as elaboradas e complexas relações inauguradas por instrumentos fluidos como a Internet. Na relação com o “outro”, o homem poderá entender os trâmites que legitimam as matérias do seu mundo e dos seus objetos formadores; elaborará o mundo imagético e de imersão ativa percebido por Bergson (1999) em *Matéria e Memória* e dará a mobilidade às edificações essenciais que formam seus anseios por comunicação e enunciações.

Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar *o quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo* (BENVENISTE, 2006, p. 87).

Entendemos, portanto, que a comunicação humana se funda no momento em que se consolida a qualidade interativa dos indivíduos com o “outro”. Ao se estruturar no diálogo, o homem inicia seu próprio nascimento enquanto movimentador da linguagem. Por isso, dizemos que o papel do “outro”, nos processos comunicativos, está ligado à própria vida e ao crescimento do entendimento do homem. Afinal, sem a percepção dessa alteridade, não se dá início à conformação do sujeito enunciador e, ao mesmo tempo, não se pode criar o “real”. Dito de outra maneira, a comunicação não existe sem a presença da figura de um alocutário.

## Referências

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

BENTO, Conceição Aparecida. A escrita e o sujeito: uma leitura à luz de Lacan. **Psicol. USP**, v. 15, n.1-2, p. 195-214, jun. 2004.



BETTETINI, Gianfranco. Semiótica, computação gráfica e textualidade. In: PARENTE, André. (Org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. p. 65-71.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

CUKIERT, Michele. Considerações sobre corpo e linguagem na clínica e na teoria lacaniana. **Psicol. USP**, v. 15, n.1-2, p. 225-241, jun. 2004.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS MÉDICOS CATÓLICOS. 2007. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_academies/acdlife/documents/rc\\_pont-acd\\_life\\_doc\\_20040320\\_joint-statement-veget-state\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_academies/acdlife/documents/rc_pont-acd_life_doc_20040320_joint-statement-veget-state_po.html)>. Acesso em: 24 de abril de 2007.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1999.

KAFKA, Franz. Carta ao meu pai. In: \_\_\_\_\_. **A metamorfose**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 139-348. (Col. Os Pensadores, v. 18).

PACIENTE vegetativa entende frase e tem consciência, diz pesquisador. **FOLHAONLINE**, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u15151.shtml>>. Acesso em: 24 de abril de 2007.

PRATES, Ana Laura. Que destino dar à mensagem recebida? apontamentos sobre a questão da transmissão na psicanálise **Psicol. USP**, v. 15, n.1-2, p. 149-167, jun. 2004.

STEPHENS, Mitchel. **Uma história das comunicações**: dos tantãs aos satélites. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

ZILLOTTO, Denise Macedo. A posição do sujeito na fala e seus efeitos: uma reflexão sobre os quatro discursos. **Psicol. USP**, v. 15, n.1-2, p. 215-223, jun. 2004.

*Recebido em: agosto de 2008*

*Aprovado em: abril de 2009*